



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2025

CLUBE DO REMO

Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2025

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração das mutações do patrimônio social	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes das **CLUBE DO REMO**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis das **CLUBE DO REMO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **CLUBE DO REMO** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, parcela substancial da movimentação financeira do Clube foi realizada por meio de conta bancária de titularidade de terceiro, utilizada em decorrência de instrumento formal de cooperação administrativa e financeira, concentrando volume relevante dos fluxos de caixa do período. As transações realizadas por meio dessa estrutura estão refletidas nos registros contábeis do Clube e foram consideradas na elaboração das demonstrações financeiras, tendo a Administração incluído nota explicativa específica acerca dessa operacionalização. Todavia, considerando que a movimentação financeira relevante ocorreu por meio de conta bancária de titularidade de terceiro, tal estrutura, em razão de sua natureza, está associada a riscos inerentes, os quais são relevantes para a adequada compreensão, pelos usuários das demonstrações contábeis, da posição financeira, da liquidez e da exposição a riscos do Clube.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação às **CLUBE DO REMO** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação econômico-financeira

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional às demonstrações contábeis, que descreve a situação econômico-financeira do Clube e as informações divulgadas pela Administração quanto à gestão de liquidez e capital de giro. Conforme evidenciado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, o Clube

apresenta patrimônio social positivo; entretanto, verifica-se insuficiência de ativos circulantes para a liquidação das obrigações exigíveis no curto prazo, uma vez que o passivo circulante supera o ativo circulante. Adicionalmente, o Clube apurou déficit no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em comparação com o exercício anterior, observa-se um aumento do déficit do período, conforme demonstrado nas demonstrações contábeis. Na referida nota explicativa a Administração justifica que clubes esportivos existem períodos sazonais de grande relevância de operações, com isso as receitas do futebol representam o equivalente a 49%.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros Assuntos

- Conforme analisado, a administração apresentou as devidas comprovações e documentos que corroboram com a devida responsabilidade e controle patrimonial, sustentando a base de cálculo da depreciação apresentada.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CLUBE DO REMO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 20 de maio de 2026.

Assinado digitalmente por TADEU MANOEL
RODRIGUES DE ARAUJO:00596116268
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=
RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
23917962000105, OU=presencial, CN=
TADEU MANOEL RODRIGUES DE
ARAUJO:00596116268
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.22 09:23:02-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Auditor Independente CNAI Nº-171
Contador CRC/PA 002671/O-3
IBRACON Nº-3715
CVM 4677

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante		5.833.258	2.444.880
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.742.791	150.907
Contas a receber		65.583	30.739
Créditos a receber	6	1.734.812	1.839.310
Adiantamentos		273.221	423.924
Impostos a recuperar		16.852	-
Não circulante		312.579.605	164.358.891
Imobilizado	7	312.371.620	164.057.761
Intangível		207.984	301.130
Total do ativo		318.412.863	166.803.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio social			
Circulante		21.458.512	17.167.535
Fornecedores	8	2.563.156	2.093.841
Obrigações fiscais	9	3.259.740	915.504
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.449.197	4.246.063
Acordos judiciais e extrajudiciais	10	3.762.493	315.256
Direitos de imagem a pagar		795.316	192.677
Parcelamentos tributários	11	1.252.725	2.791.370
Empréstimos e financiamentos	12	2.372.773	1.017.021
Contingências judiciais	14	2.138.312	4.762.483
Adiantamentos recebidos		1.302.072	804.777
Outras obrigações		562.728	28.542
Não circulante		15.363.891	10.852.143
Dívida ativa		2.777.252	5.951.218
Parcelamentos tributários	11	12.240.823	4.900.925
Fornecedores longo prazo	8	105.320	-
Acordos judiciais e extrajudiciais	10	135.496	-
Obrigações com terceiros		105.000	-
Patrimônio social		281.590.460	138.784.094
Patrimônio social		142.129.848	138.784.094
Ajuste de avaliação patrimonial		154.421.457	-
Déficit do exercício		(14.960.844)	-
Total do passivo e do patrimônio social		318.412.863	166.803.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do exercício
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta das atividades		82.913.332	35.255.392
Receitas de futebol	16	40.616.014	14.178.863
Receitas recorrentes	16	42.297.318	21.076.529
Receita líquida		82.913.332	35.255.392
(-) Custos das atividades esportivas	15	(41.884.585)	(20.212.488)
Resultado bruto		41.028.747	15.042.904
Despesas administrativas	15	(56.115.841)	(29.384.884)
Despesas tributárias		(306.245)	(44.554)
Outras receitas (despesas)		1.566.092	(2.261.632)
Resultado antes do resultado financeiro		(13.827.248)	(14.386.534)
Receitas financeiras		1.719.635	26.177
Despesas financeiras		(2.853.232)	(908.404)
Déficit do exercício		(14.960.844)	(13.007.128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Déficit líquido	(14.960.844)	(13.007.128)
Ajuste de avaliação patrimonial	154.421.457	-
Total do resultado abrangente do exercício	139.460.613	(13.007.128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
(=) (Déficit)/Superávit do exercício	(14.960.844)	(13.007.128)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	6.775.269	8.460.153
Variações monetárias e cambiais	-	5.685
Ajustes retroativos	3.345.754	-
Ajustes de contingências judiciais de exercícios anteriores	-	(1.194.254)
Superávit/(Déficit) ajustado	(4.839.821)	(5.735.545)
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	69.654	1.411.321
Impostos a recuperar	(16.852)	-
Adiantamentos	150.703	34.986
Fornecedores	574.634	1.594.361
Obrigações trabalhistas	(796.866)	494.189
Direitos de imagem a pagar	602.639	(443.569)
Obrigações tributárias	4.971.523	1.325.577
Adiantamentos recebidos	497.295	241.511
Contingências judiciais	(2.624.171)	1.194.254
Acordos judiciais	3.582.733	-
Outras contas a pagar	639.185	(463.409)
Caixa líquido das atividades operacionais	7.650.479	5.389.220
Atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(487.750)	208.943
Aquisição de licenças de software (intangível)	(86.776)	(298.646)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(574.526)	(89.703)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	1.355.751	(180.888)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	1.355.751	(180.888)
Aumento/(redução) líquido de caixa	3.591.884	(616.915)
Caixa no início do período	150.907	767.822
Caixa no final do período	3.742.791	150.907
Aumento/(redução) líquido de caixa	3.591.884	(616.915)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Superávit / (Déficit) Do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(14.934.264)	25.475.611	142.808.792	153.350.139
Ajustes de reavaliações patrimoniais	142.808.792				142.808.792
Superávits / (Déficits) acumulados		25.475.611	(25.475.611)		-
Superávit / (Déficit) do exercício			(13.007.128)		(13.007.128)
Ajustes retroativos		(1.558.917)			(1.558.917)
Incorporação ao Patrimônio Social				(142.808.792)	(142.808.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	142.808.792	8.982.430	(13.007.128)	-	138.784.093
Ajustes de reavaliações patrimoniais				154.421.457	154.421.457
Superávits / (Déficits) acumulados	8.982.430				8.982.430
Superávit / (Déficit) do exercício	(13.007.128)		(14.960.844)		(27.967.972)
Ajustes retroativos	3.345.754				3.345.754
Incorporação ao Patrimônio Social		(8.982.430)	13.007.128		4.024.699
Saldos em 31 de dezembro de 2025	142.129.847	-	(14.960.844)	154.421.457	281.590.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Clube do Remo (Clube) é uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 05 de fevereiro de 1905, que tem por objeto social: promover reuniões e diversões de caráter desportivo, social, cultural, cívico e recreativo, cuja manutenção ocorre exclusivamente por conta das contribuições sociais (mensalidades, taxas de manutenção e venda de títulos), aluguéis de instalações sociais e desportivas, patrocínios e rendas provenientes de competições desportivas, como arrecadação da bilheteria de jogos e cotas de televisionamento.

O Clube do Remo foi constituído por prazo indeterminado com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Clube esportivo.

As demonstrações contábeis não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso o Clube seja incapaz de continuar suas atividades.

Sazonalidades:

Nos clubes esportivos existem os períodos sazonais, que têm grande relevância nas operações do Clube. Assim, as receitas do futebol representam o equivalente a 49%.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base para apresentação e políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções do CFC específicas para entidades desportivas (ITG 2003 (R2) – Entidade Desportiva Profissional, aprovada em 19 de dezembro de 2023) e sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde o Clube do Remo opera ("moeda funcional").

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e bens do ativo imobilizado, que são mensurados pelo valor justo.

c) Data de autorização das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram enviadas para aprovação pela diretoria em 30/04/2026.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

O Clube do Remo revisa suas estimativas e premissas anualmente, no mínimo.

Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais do Clube do Remo em 31 de dezembro de 2024.

3. Continuidade operacional

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional (*going concern*), conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e pelo Art. D.1.1, §1º do Regulamento do Sistema de Sustentabilidade Financeira (SSF) da CBF.

A Administração avaliou a capacidade do Clube do Remo de continuar suas operações no futuro previsível e concluiu que existem condições adequadas para tanto, com base nas seguintes evidências e medidas em curso:

- a) Contexto financeiro atual: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Clube registrou crescimento expressivo de receitas, totalizando R\$ 82.913.332 (2024: R\$ 35.255.392), com destaque para as receitas de bilheteria (R\$ 28,2 MM), marketing e patrocínio (R\$ 23,6 MM) e direitos de transmissão (R\$ 7,9 MM). O caixa e equivalentes de caixa encerraram o exercício em R\$ 3.742.791 (2024: R\$ 150.907), refletindo melhora significativa na posição de liquidez imediata.
- b) Reestruturação tributária: Em 2025, o Clube aderiu a novos programas de parcelamento junto à PGFN (PGDAU nº 11) e à Receita Federal, consolidando débitos tributários em condições mais favoráveis, com redução das parcelas mensais e maior previsibilidade de fluxo de caixa. O Clube mantém adimplência regular com as parcelas pactuadas.
- c) Medidas de gestão adotadas: A Administração vem implementando medidas estruturais para reduzir a dependência de empréstimos para financiar o capital de giro, incluindo: maximização dos ativos disponíveis, expansão do Programa Sócio Torcedor - Nação Azul, desenvolvimento de novas parcerias comerciais e controle das despesas operacionais.
- d) Fatores de atenção monitorados: A Administração reconhece que o Clube apresenta passivos de longo prazo relevantes, incluindo tributos parcelados (R\$ 12,2 MM em longo prazo), acordos judiciais e extrajudiciais, além de contingências judiciais provisionadas (R\$ 2,1 MM). Esses fatores são monitorados continuamente, não representando, no entendimento da Administração, impedimento à continuidade das operações no horizonte de pelo menos doze meses a contar da data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Com base nas avaliações realizadas, a Administração do Clube do Remo não identificou eventos ou condições que gerem dúvida significativa sobre a capacidade do Clube de continuar operando em bases normais, sendo as demonstrações financeiras, portanto, elaboradas sem ajustes relativos à classificação de ativos e passivos que seriam necessários caso o Clube não pudesse continuar em atividade.

4. Principais práticas contábeis adotadas

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Esses saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O Clube possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras.

4.1.1. Operacionalização financeira por meio de conta bancária de terceiro

Em decorrência das restrições financeiras enfrentadas pelo Clube, a Administração adotou, de forma excepcional e transitória, procedimentos alternativos para assegurar a continuidade de suas atividades, a manutenção das operações esportivas e administrativas e o cumprimento de obrigações correntes.

Nesse contexto, parcela relevante da movimentação financeira do período foi realizada por meio de conta bancária de titularidade de outra entidade sem fins lucrativos, a Associação Projetos O Retorno do Rei Ao Baenão, inscrita no CNPJ nº 30.174.204/0001-00, com a qual o Clube mantém instrumento formal de cooperação administrativa e financeira. Tal instrumento estabelece as condições, limites e responsabilidades das partes envolvidas, permitindo ao Clube utilizar a referida conta exclusivamente para a realização de operações relacionadas às suas atividades institucionais.

A utilização dessa conta bancária não implicou transferência de controle dos recursos financeiros, tampouco caracterizou cessão, doação ou qualquer forma de benefício econômico à entidade titular da conta, não havendo cobrança de taxas, tarifas ou qualquer tipo de remuneração pela utilização da referida estrutura.

Todos os ingressos e desembolsos financeiros realizados por meio dessa conta referem-se exclusivamente a transações do Clube e foram devidamente reconhecidos nos registros contábeis e refletidos nas demonstrações contábeis do exercício, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância ao princípio da essência sobre a forma.

A Administração avalia que essa alternativa foi necessária para mitigar riscos relacionados à descontinuidade operacional em cenário de severa restrição de liquidez.

Dessa forma, a Administração monitora continuamente os riscos associados a essa estrutura e vem adotando medidas para regularizar sua estrutura financeira, com o objetivo de restabelecer integralmente a movimentação de recursos por meio de contas bancárias de titularidade própria.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos adversos relevantes decorrentes dessa forma de operacionalização sobre a posição financeira, a liquidez ou a

exposição a riscos do Clube.

4.2 Créditos a receber

As contas a receber pelo Clube do Remo representam os valores a serem recebidos das principais fontes de receita. Correspondem, substancialmente, a valores a receber de *royalties*, patrocínios e aluguéis de imóveis próprios.

4.3. Instrumentos financeiros

O Clube não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, o Clube do Remo não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo, em conformidade com a norma CPC 48, que trata do reconhecimento e mensuração para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Clube do Remo reconhece seus ativos financeiros pelo custo amortizado, seguindo um modelo de gestão cujo objetivo é a obtenção de fluxos de caixa contratuais, atendendo aos critérios de pagamento de principal e juros. Essa classificação inclui caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e demais ativos financeiros, não tendo sido aplicadas outras bases de mensuração.

O Clube do Remo reconhece seus ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado, conforme aplicável. Essas classificações estão alinhadas aos planejamentos estratégicos adotados pelo CODIR.

Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O Clube avalia, ao final de cada período de reporte, a existência de evidências objetivas de perda no valor recuperável de seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A mensuração das perdas é realizada com base no modelo de perdas de crédito esperadas, considerando o histórico de inadimplência, as condições atuais e as expectativas futuras de recuperação dos créditos. Quando identificada a necessidade de ajuste, a perda é reconhecida no resultado do exercício, por meio da constituição de provisão para perdas esperadas, reduzindo o valor contábil dos ativos correspondentes.

4.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, exceto quando passados por reavaliações. Os ativos são depreciados de acordo com a legislação para cada tipo de imobilizado.

4.4.1. Depreciação

Os Imobilizados são contabilizados ao custo de aquisição ou valor justo, sendo deduzidas as respectivas depreciações anuais acumuladas, que são calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, considerando os gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo.

4.5. Intangível

O ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo, de acordo com a NBC ITG 2003.

a) Atletas profissionais

Nessa rubrica são registrados os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do registro de atletas profissionais, incluindo comissões de agenciamento, direitos federativos e econômicos (quando aplicável) e custos de intermediação. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato, limitado ao período máximo de cinco anos.

Não são capitalizados como ativo intangível, sendo reconhecidos integralmente como despesa do período em que ocorrem: luvas (*sign-on fees*), salários, encargos sociais e demais remunerações pagas aos atletas ou seus representantes, bem como os custos de formação de atletas das categorias de base, em conformidade com o Art. D.5.2 do Regulamento SSF da CBF e o CPC 04.

b) Softwares

Compreendem os valores de direito de uso dos softwares adquiridos pelo Clube.

4.5.1. Amortização

O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

4.6. Contas a pagar

As contas a pagar são as obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal da atividade esportiva.

4.7. Impostos e contribuições:

O Clube do Remo é uma associação sem fins lucrativos, logo goza dos seguintes benefícios fiscais:

- a) IRPJ - (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro): Isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/1997, concomitante a Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.
- b) PIS - O Programa para Integração Social: Pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.
- c) COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social: Isenção do pagamento da COFINS, imposto que incide sobre as receitas das atividades operacionais próprias, fundamentado nas Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.
- d) INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social: Recolhimento da quota patronal à alíquota de 5%, que incide sobre a receita bruta de cada fato gerador decorrente dos espetáculos desportivos ocorridos,

conforme previsto pelo art. 22 da Lei nº 8.212/94 e artigo 249 da Instrução Normativa nº 971/2009.

4.8. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Clube do Remo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando há obrigações, legais ou não formalizadas, sendo essas uma consequência de um evento passado. Pode ser considerada a possibilidade de captação de benefícios econômicos requeridos para liquidar a obrigação ou ser realizada uma estimativa média do valor da obrigação. O Clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, e o reembolso é reconhecido como um ativo segregado, mas apenas quando for praticamente certo. Destaca-se que as despesas relativas a quaisquer provisões são contabilizadas no resultado, líquidas de qualquer reembolso.

O Clube do Remo é parte em vários processos judiciais trabalhistas e cíveis. Assim, a provisão para contingências é constituída com base na análise das discussões judiciais, tendo em vista a probabilidade de uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável ser feita. Essa avaliação é feita a partir de evidências disponíveis, acordos, decisões judiciais, jurisprudenciais, decisões recentes dos tribunais e a relevância do ordenamento jurídico.

4.10. Receitas

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a entidade e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

4.10.1. Reconhecimento da receita

As receitas do Clube são reconhecidas de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, quando o controle dos bens ou serviços prometidos é transferido ao cliente, pelo valor que reflete a contraprestação à qual o Clube espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A ITG 2003 (R1) - Entidades Desportivas Profissionais traz que as receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas devem ser registradas em contas específicas de acordo com o princípio da competência.

4.11. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) Juros prefixados; (ii) Juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) Reajuste somente por inflação, sem juros, são ajustados a seu valor presente com base na taxa média praticada pela entidade para concessão de desconto sobre o preço da tabela de vendas ou a sua taxa média de captação, dos dois o maior, que está em consonância com as taxas de remuneração de títulos públicos (NTN-B) de risco e prazo semelhantes.

4.12. Patrimônio social

4.12.1. Patrimônio social

O patrimônio social do Clube é constituído pelos resultados acumulados ao longo dos exercícios, acrescido ou reduzido pelos superávits ou déficits apurados anualmente.

4.12.2. Superávits ou déficits do exercício

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime de competência, mediante o confronto entre as receitas auferidas e as despesas incorridas no período. O superávit ou déficit apurado é incorporado ao patrimônio social ao final de cada exercício.

4.12.3. Ajustes de reavaliações patrimoniais

Referem-se à atualização dos valores contábeis de ativos imobilizados, com o objetivo de refletir de forma mais adequada o valor econômico dos bens, com base em avaliações técnicas, não decorrendo de operações de compra ou venda.

4.12.4. Ajustes de exercícios anteriores

Referem-se a registros efetuados com a finalidade de corrigir erros ou ajustar práticas contábeis de exercícios anteriores, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, notadamente o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, correspondente à IAS 8.

4.13. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem a investimentos em fundos de renda fixa, mantidos, em sua maioria, em instituições financeiras de reconhecida solidez, com alta liquidez e possibilidade de rápida conversão em caixa.

	2025	2024
Caixa	916.075	54.066
Bancos e aplicações financeiras	2.826.716	96.841
	3.742.791	150.907

6. Créditos a receber

Os créditos a receber representam os valores a serem recebidos pelo Clube do Remo decorrentes de suas principais fontes de receita operacional. Os saldos estão compostos pelas seguintes rubricas:

	2025	2024
Royalties a receber	207.928	584.819
Marketing, patrocínio e publicidade a receber	51.000	22.500
Aluguéis próprios a receber	243.013	515.378
Outros créditos a receber	1.232.871	716.613
	1.734.812	1.839.310

7. Imobilizado

No exercício de 2025, o saldo do imobilizado foi significativamente impactado por dois eventos: a emissão de novos laudos de avaliação patrimonial do Centro de Treinamento, Sede Social, Sede Náutica e Estádio Baenão, com a identificação e segregação das parcelas correspondentes a terrenos; e a revisão da vida útil estimada desses ativos. Os laudos foram emitidos em janeiro de 2025 e os respectivos valores reconhecidos no próprio exercício.

Com base nos laudos técnicos de avaliação elaborados com fundamento na metodologia de valor de mercado, foram segregadas e reclassificadas para rubricas específicas de terrenos as seguintes parcelas: (i) R\$ 48.171.900, referente ao Terreno - Centro de Treinamento, correspondente a 98,31% do valor total avaliado de R\$ 49.000.000; e (ii) R\$ 50.990.572, referente ao Terreno - Estádio Baenão, correspondente a 25% do valor total avaliado de R\$ 203.962.286. O reconhecimento do valor apurado no laudo da Sede Social, de R\$ 97.684.145, gerou ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 38.946.205. Em razão das características construtivas do imóvel, que abriga complexo histórico tombado, não foi realizada a segregação entre terreno e edificações, sendo o valor atribuído ao conjunto do imóvel. A Sede Náutica foi reconhecida pelo valor de R\$ 5.414.720. Os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes desses reconhecimentos foram registrados diretamente no patrimônio social, na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", em conformidade com o CPC 27.

Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada dos ativos, com ajuste das taxas de depreciação: o Estádio Baenão e a Sede Social passaram a adotar taxa de 2,5% ao ano, correspondente a vida útil de 40 anos, calculada sobre as respectivas parcelas depreciáveis; o Centro de Treinamento e a Sede Náutica passaram a adotar taxa de 1,67% ao ano, correspondente a vida útil de 60 anos. Os terrenos, por representarem ativos de vida útil indeterminada, não estão sujeitos a depreciação, conforme estabelece as normas contábeis.

Em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foi realizado teste de *impairment* ao final do exercício sobre os seguintes ativos imobilizados: Sede Social, Estádio Baenão, Centro de Treinamento do

CLUBE DO REMO

CNPJ: 04.887.097/0001-57

Clube do Remo e Sede Náutica. A análise teve como base a avaliação de indicadores externos e internos de desvalorização, conforme critérios estabelecidos pela norma. Com base nessa avaliação, não foram identificados indícios de desvalorização ou perda por redução ao valor recuperável em nenhum dos ativos analisados, não sendo necessário o reconhecimento de ajustes contábeis relacionados a *impairment* no exercício.

	2025	2024
Terrenos	219.755	219.755
Máquinas, Equipamentos e Instalações	1.470.332	1.340.395
Veículos	191.800	191.800
Móveis e Utensílios	320.842	215.672
Computadores e Periféricos	67.740	51.657
Sede Social	97.713.145	58.737.940
Centro de Treinamento	828.100	3.633.596
Estádio Baenão	153.179.276	133.881.295
Sede Náutica	5.442.576	5.414.720
Terreno Centro de Treinamento	48.171.900	-
Terreno Estádio Baenão	50.990.572	-
(-) Depreciação acumulada	(46.224.417)	(39.629.069)
	312.371.620	164.057.761

8. Fornecedores

O saldo da conta fornecedores é composto majoritariamente por agenciamentos a pagar, os quais representam 86,9% do passivo circulante e referem-se a valores devidos a agentes ou intermediários envolvidos em negociações e contratações de atletas de futebol, ainda não quitados até a data de encerramento do exercício. Os 13,1% restantes do circulante correspondem a fornecedores diversos, englobando obrigações com prestadores de serviços e aquisição de materiais e bens para uso do Clube. Adicionalmente, R\$ 105.320 estão classificados no passivo não circulante, referentes a obrigações com fornecedores com vencimento superior a doze meses.

	2025	2024
Agenciamentos a pagar	2.228.012	1.512.917
Fornecedores curto prazo	335.144	580.924
Fornecedores longo prazo	105.320	-
	2.668.476	2.093.841

9. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais compreendem os tributos correntes devidos pelo Clube do Remo, ainda não recolhidos até a data de encerramento do exercício, apurados em conformidade com a legislação tributária vigente.

O aumento das obrigações fiscais em relação ao exercício anterior reflete, principalmente, o crescimento da folha de pagamento do Clube, decorrente das novas contratações realizadas para o fortalecimento do elenco profissional e da estrutura administrativa.

CLUBE DO REMO

CNPJ: 04.887.097/0001-57

	2025	2024
IRRF s/ folha de pagamento	2.922.142	850.064
PIS s/ folha de pagamento	133.020	62.053
ISS a recolher	65.562	1.277
Tributos retidos a recolher	139.016	2.109
	3.259.740	915.504

10. Acordos judiciais e extrajudiciais

Os acordos judiciais e extrajudiciais compreendem obrigações assumidas pelo Clube do Remo decorrentes de negociações e homologações de processos trabalhistas e cíveis, cujos pagamentos encontram-se parcelados conforme os termos pactuados.

	2025	2024
Curto prazo	3.762.493	315.256
Longo prazo	135.496	-
	3.897.989	315.256

11. Tributos parcelados

Em 2025, o Clube promoveu a consolidação e reestruturação de seus parcelamentos tributários, mediante adesão a novo programa de regularização fiscal no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Programa de Parcelamento e Transação da Dívida Ativa da União (PGDAU nº 11). Adicionalmente, o Clube aderiu a modalidade simplificada de parcelamento junto à Receita Federal do Brasil, visando à regularização de débitos tributários administrados por esse órgão.

Essas medidas possibilitaram a incorporação de débitos anteriormente existentes em novos acordos unificados, resultando na redução do valor das parcelas mensais e na melhoria das condições de pagamento. Como efeito, observou-se otimização do fluxo de caixa, com maior previsibilidade e equilíbrio no cumprimento das obrigações tributárias parceladas.

	Curto Prazo	Longo Prazo
PGDAU 11 de Débitos previdenciários	1.066.245	7.106.025
PGDAU 11 de Demais débitos	526.237	4.059.526
Parcelamento simplificado (RFB)	546.816	2.480.788
(-) Encargos a transcorrer	(886.573)	(1.405.515)
	1.252.725	12.240.823

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos contraídos pelo Clube do Remo são registrados com base em contratos firmados entre o credor e o devedor, nos quais constam todas as regras previstas, bem como as formas de pagamento, e as sanções que serão aplicadas em hipótese de o Clube não efetuar o pagamento até a data definida.

	2025	2024
Kapa Capital Múltiplo	1.995.000	-
Hamilton Dias Bordalo	237.733	237.733
Meu Bilhete	-	681.667
ATM Factoring Ltda	33.967	67.622
Glauber Farias Gonçalves	20.000	20.000
Antonio Carlos P Teixeira	76.072	-
Financiamento Centro de Treinamento	10.000	10.000
	2.372.773	1.017.021

13. Partes relacionadas

Em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Clube do Remo informa que as únicas transações identificadas com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se a empréstimos junto a pessoas físicas que integram ou integraram a administração do Clube, cujas condições, natureza e saldos estão integralmente detalhados na Nota 12 - Empréstimos Contraídos.

Os membros da Diretoria Executiva exercem suas funções a título voluntário, sem percepção de remuneração pelo Clube. Não foram identificadas outras transações com partes relacionadas que requeiram divulgação adicional nos termos do CPC 05 (R1).

14. Contingências judiciais

Valores referentes a provisões para contingências judiciais de natureza federal, estadual e municipal, cujos riscos de perda são classificados como praticamente certos. Os montantes estão registrados conforme critérios contábeis aplicáveis e refletem a melhor estimativa da diretoria do Clube.

A redução das contingências federais, de R\$ 3.656.718 em 2024 para R\$ 1.032.547 em 2025, decorre de dois eventos ocorridos no exercício: (i) processos judiciais incluídos em parcelamentos; e (ii) a reversão de provisões anteriormente constituídas, em decorrência de extinção ou reclassificação de risco de determinados processos.

	2025	2024
Contingências federais	1.032.547	3.656.718
Contingências estaduais e municipais	1.105.765	1.105.765
	2.138.312	4.762.483

15. Custos e despesas

As despesas e gastos estão sendo apropriadas obedecendo ao regime de competência, sendo as mais significativas relacionadas abaixo:

	2025	2024
Serviço de terceiros	6.421.728	3.114.108
Despesas com pessoal	29.675.050	12.007.513
Direitos de imagem	18.313.976	9.541.987

CLUBE DO REMO

CNPJ: 04.887.097/0001-57

Despesas judiciais	5.926.503	1.442.975
Jogos e competições	13.356.501	7.025.473
Custos com contratações e direitos de atletas	6.341.779	2.545.913
	80.035.537	35.677.969

16. Receitas

As receitas são segregadas em **Receitas Recorrentes** e **Receitas do Futebol**, de forma a refletir a natureza e a origem das principais fontes de recursos do Clube.

Receitas recorrentes	2025	2024
Aluguéis	1.197.447	1.185.044
Estacionamento	888.197	479.836
Royalties de lojas	3.715.210	2.201.470
Patrimoniais	1.789.439	1.733.668
Atividade sociais e esportivas	821.643	806.307
Programa timemania	870.607	681.584
Marketing, patrocínio e publicidade	23.627.425	9.955.050
Royalties licenciados	583.704	225.919
Sócio torcedor	6.492.978	2.770.807
Venda de materiais	2.310.668	1.036.844
	42.297.318	21.076.529

Receitas do futebol	2025	2024
Cessão de direitos sobre atletas	2.294.773	101.058
Receita de bilheteria	28.225.935	13.837.805
Receita de premiações	1.193.811	95.000
Multas contratuais/compensatórias	922.523	-
Receita de direito de transmissão	7.978.972	-
Luvras	-	145.000
	40.616.014	14.178.863

16.1. Direitos de transmissão

A receita de direitos de transmissão reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 7.978.972 referente à participação do Clube do Remo no Campeonato Brasileiro Série B de 2025. Os valores foram reconhecidos de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, correspondendo à participação efetiva do Clube na competição durante o exercício. Os valores são apurados e distribuídos pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) conforme os critérios de rateio definidos no regulamento da competição.

17. Riscos de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos eventos realizados pelo Clube e dos demais insumos utilizados na realização destes eventos. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Clube do Remo.

17.1. Risco de taxa de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Clube do Remo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

As operações realizadas em outras moedas diferentes do real, estão expostas ao risco de variação cambial. As transações em moeda estrangeira são registradas inicialmente com base na taxa de câmbio do dia da operação.

17.2. Risco de crédito

As políticas de crédito fixada pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência referente aos seus recebíveis. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes e associados que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, o Clube somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

18. Risco de liquidez

Representa o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Antonio Carlos Pinheiro Teixeira

Presidente

Lando Agria da Luz

CRC/PA 011173/O-0

Contador

Marcelo Matos Carneiro

Diretor Financeiro